



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

95
100

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0046724-60.2013.8.0001(325151-4)

AGRAVANTE: EDUARDO FERNANDES DE SOUZA RAMOS

AGRAVADO: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. PAGAMENTO DA SEGUNDA LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. SENTENÇA QUE EXTINGUE O FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO EM FACE DA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA. O PEDIDO DO AGRAVANTE/APELANTE TEM CARÁTER INDENIZATÓRIO. LIDE QUE NÃO SE ENQUADRA NA EXCEÇÃO PREVISTA DO INCISO V, § 2º DO ART. 2º, DA RESOLUÇÃO Nº 321/2011 - TJPE. COMPETÊNCIA DO JUÍZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 30 de maio de 2014.


Des. ANDRÉ Oliveira da Silva GUIMARÃES
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

96
19/7

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0046724-60.2013.8.0001(325151-4)

AGRAVANTE: EDUARDO FERNANDES DE SOUZA RAMOS

AGRAVADO: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

RELATÓRIO

Trata-se de agravo legal interposto contra a decisão terminativa (fls. 54/56) da minha lavra que, constatando a harmonia da sentença proferida na Ação de Obrigação de Fazer nº 0046724-60.2013.8.0001, com a jurisprudência consolidada deste Egrégio Tribunal, negou seguimento ao recurso de Apelação Cível.

Em suas razões, repete o agravante os argumentos constantes na Apelação Cível (fls. 31/36), relatados na decisão ora atacada, para que não seja declarado o Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública competente para processar e julgar a ação, e não o Juizado Especial da Fazenda Pública, como terminado na sentença e confirmada na decisão ora agravada, por trata-se de liberação de recurso como previsto no inciso V do §2º do art. 2º da Resolução 321/2011 do TJPE (fls.78/86).

É o relatório.

VOTO

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade recursal, conheço do presente recurso de Agravo, passando a analisá-lo.

A decisão agravada está vazada nos seguintes termos:

"Trata-se de recurso de Apelação Cível interposto por Eduardo Fernandes de Souza Ramos em face da sentença proferida na Ação de Obrigação de Fazer nº 0046724-60.2013.8.0001, que extinguiu o processo, sem resolução do mérito, por entender ser a ação da

19



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

97

competência do Juizado Espacial da Fazenda Pública (fls.29/29v).

Alega o apelante que a competência para processar e julgar a ação é de uma das Varas da Fazenda Pública nos termos da Resolução 321/2011, art. 2º, § 2º, inciso V, por entender que seu caso se enquadra na excepcionalidade da norma.

Requer seja dado provimento ao recurso para que seja declarado o Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública competente para processar e julgar a ação (fls. 31/36).

Opina a douta Procuradoria de Justiça pelo não provimento do recurso (fls. 49/51).

É o Relatório.

Decido.

O apelante busca com a Ação de Obrigação de Fazer o pagamento da segunda licença-prêmio não gozada, e que tal pleito seria da competência das Varas da Fazenda Pública por força do § 2º do art. 2º da Resolução nº 321/2011.

Assim dispõe a Resolução 321/2011:

Art. 2º A competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, observado o disposto no art. art. 190-A, do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Lei Complementar Estadual nº 100, de 21 de novembro de 2007, com a redação determinada pela Lei Complementar Estadual nº 163, de 17 de dezembro de 2010), atendendo a necessidade da organização dos serviços judiciários e administrativos, fica limitada, por 5 (cinco) anos, a contar da entrada em vigor da Lei Federal nº 12.153/2009, de 22 de dezembro de 2009, às causas no valor de até 60 (sessenta) salários mínimos relativas às seguintes matérias:

- I - multas e outras penalidades decorrentes de infrações de trânsito;
- II - transferência de propriedade de veículos automotores terrestres;
- III - imposto sobre serviços de qualquer natureza;
- IV - imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias;



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

98
[assinatura]

V - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;
VI - ações previdenciárias;
VII - ações indenizatórias.
VIII - fornecimento de medicamentos e outros insumos de saúde, realização de exames, cirurgias, internações e transporte de pacientes.

§ 1º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não poderá exceder o valor referido no caput deste artigo.

§ 2º Não se incluem na competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública:

I - as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;

II - as causas sobre bens imóveis dos Estados e Municípios, autarquias e fundações públicas e eles vinculados;

III - as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares;

IV - as causas sobre licitações e contratos administrativos àquelas vinculados;

V - as causas que tenham por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores públicos civis e militares do Estado e Municípios, inclusive de suas autarquias, fundações e empresas públicas.

No caso, o pedido do apelante, pagamento de licença-prêmio não gozada, não se enquadra na exceção do supracitado § 2º, por possuir caráter indenizatório.

Por essa razão, é de se considerar que a pretensão do apelante se enquadra no inciso VII do art. 2º da Resolução nº 321/2011, além do valor dado a causa ser inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, circunstâncias essas que determinam a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública para processar e julgar o feito, se sorte que tenho como acertada a posição adotada pelo Juízo a quo.

Pelo exposto, com fulcro no art. 557 do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao recurso, por ser manifestamente improcedente.

[assinatura]



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

99
706.

Com o trânsito em julgado, baixem-se os autos ao juízo de origem.

Publique-se.

Recife, 14 de fevereiro de 2014.

Des. André de Oliveira da Silva Guimarães
Relator"

Os argumentos expendidos no presente agravo legal, até porque idênticos aos do recurso de Apelação Cível, não me persuadem a refluir da posição perfilhada.

Ante o exposto, estando a decisão combatida conforme a jurisprudência desta Egrégia Corte de Justiça, **nego provimento** ao presente recurso de agravo.

É como voto.

Recife, 30 de maio de 2014.

Des. ANDRÉ Oliveira da Silva GUIMARÃES
Relator